

Turismo Sustentável e Educação Ambiental: dois importantes aliados na promoção do Desenvolvimento Sustentável

Sustainable Tourism and Environmental Education: two important allies in Sustainable Development promotion

Giovana Natalie Carvalho Santos

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia

giovana_natalie@yahoo.com.br

Maria Beatriz Junqueira Bernardes

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia

mbeatriz@ufu.br

Resumo

A urgência do tratamento das questões ambientais e da promoção de processos mais sustentáveis, assim como a crescente competitividade entre os destinos turísticos e os impactos negativos gerados pelo turismo exigem que todos os envolvidos na cadeia turística tomem consciência de sua corresponsabilidade na preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população. A Educação Ambiental (EA) apresenta-se como uma grande aliada do turismo sustentável, ao promover a tomada de consciência por meio da vivência. Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e tem como propósito discutir sobre a importância da Educação Ambiental para o desenvolvimento do Turismo Sustentável. Caracteriza-se como pesquisa exploratória sendo consultados para contextualização e abordagem da temática livros, artigos científicos, legislação e sites. O artigo se divide em quatro sessões em que serão discutidos temas como o Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade, a relevância da Educação Ambiental como agente transformador e promotor do DS e a importância da EA para a promoção do Turismo Sustentável.

Palavras-chave: Turismo Sustentável, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade.

Abstract

The urgency of addressing environmental issues and promoting more sustainable processes, as well as the increasing competitiveness between touristic destinations and the negative impacts generated by tourism, require all those involved in the tourism chain to become aware of their co-responsibility in environmental preservation and improvement of the populations' quality of life. Environmental Education (EE) presents itself as a great ally of sustainable tourism by promoting awareness through living. This article is a cut of the master's dissertation of the Postgraduate Program in Geography of the Federal University of Uberlândia and aims to discuss the importance of Environmental Education for the development of Sustainable Tourism. It is characterised as exploratory research being consulted for contextualization and approach of thematic books, scientific articles, legislation and sites. The article is divided into four sessions that will discuss topics such as Sustainable Development and Sustainability, the relevance of Environmental Education as a transforming agent and promoter of SD and the importance of EE for the promotion of Sustainable Tourism.

Keywords: Sustainable Tourism, Environmental Education, Sustainable Development, Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais têm estado cada vez mais em evidência, assim como as pressões para a preservação do meio ambiente por parte de entidades não governamentais, governos e sociedade em geral.

A crescente competitividade entre os destinos turísticos e a alteração nos padrões de consumo, têm exigido cada vez mais produtos e serviços sustentáveis. Os consumidores mais exigentes e conscientes têm valorizado empresas que se preocupam com a sustentabilidade de suas produções, que valorizem seus funcionários, sua região e a comunidade, se atentando para os impactos de longo prazo.

Tendo em vista a urgência do tratamento das questões ambientais e da promoção de processos mais sustentáveis e, levando-se em consideração a relevância da atividade turística para a economia global, a qual de acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU (UN NEWS, 2014), é responsável por 1 a cada 11 empregos gerados em todo o mundo e por 6% das exportações globais, chegando até mesmo a superar a indústria alimentícia, automobilística ou petrolífera em volume de negócios, se faz extremamente importante promover a tomada de consciência de todos os envolvidos direta e indiretamente com o turismo e converter esse conhecimento em ações efetivas.

A Educação Ambiental possui um papel fundamental nesse processo, ao permitir que turistas, funcionários, empresários e comunidade em geral tomem consciência da responsabilidade que cada um possui na preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como propósito discutir sobre a importância da Educação Ambiental para o desenvolvimento do Turismo Sustentável. O texto em questão é um recorte da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e, caracteriza-se, como pesquisa exploratória. Conforme Gil (2002), esse tipo de pesquisa objetiva proporcionar maior familiaridade com o tema e o aprimoramento das ideias. Dessa forma, para a contextualização e abordagem da temática foram consultados livros, artigos científicos, legislação, sites.

O artigo se divide em três sessões em que serão discutidos temas como o Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade, a relevância da Educação Ambiental como agente transformador e promotor do DS e a importância da EA para a promoção do Turismo Sustentável. Encerrando com as considerações finais.

1.1 Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) é relativamente recente, tendo surgido oficialmente em 1987, por meio do relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também conhecido como

Relatório de Brundtland. De acordo com o documento, DS "é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

O termo se refere a um crescimento econômico acompanhado do consumo consciente dos recursos naturais e da promoção da equidade social, sem que essa evolução coloque em risco um futuro com qualidade para as próximas gerações. No entanto, a definição de DS é um tanto vaga por não especificar quais são as necessidades do presente e do futuro, se é que de fato elas possam ser previstas e mensuradas. Apesar de, para alguns autores, o DS representar uma utopia, é preciso destacar sua importância ao chamar atenção sobre a necessidade de buscar novos caminhos para o desenvolvimento.

A palavra "desenvolvimento" é muitas vezes utilizada de forma equivocada, com conotação econômica, estando frequentemente relacionada à ideia de crescimento econômico. Crescimento está relacionado à expansão quantitativa das riquezas sem que essa seja distribuída de forma mais justa. Já o desenvolvimento refere-se à ideia de evolução, prosperidade e efetiva melhoria da qualidade de vida. O que não quer dizer que ambos sejam antagônicos, uma vez que o crescimento econômico pode ser um meio para a redução dos impactos ambientais negativos e promoção do desenvolvimento. No entanto, o crescimento por si só não é suficiente para alcançar o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002). Colesanti *et al.* (2007) destacam que o real conceito de desenvolvimento deve estar atrelado à geração de renda, emprego e trabalho, preocupação ambiental, visando o bem-estar da população.

Existe na literatura uma grande diversidade de conceitos relacionados aos termos Sustentabilidade e DS, não havendo um consenso e clareza sobre as definições, sendo muitas vezes considerados vagos, confusos, polissêmicos, incompreendidos. Há autores que tratam a sustentabilidade como um processo, outros como um objetivo final. Para Dovers e Handmer (1992), sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto, resistir ou adaptar-se a mudanças endógenas ou exógenas indefinidamente. E o DS é um caminho de deliberada mudança e melhoria, que mantém ou melhora este atributo do sistema, respondendo às necessidades da população atual.

A sustentabilidade diz respeito a um equilíbrio das interações entre as esferas natural, econômica e social, atingindo certo nível de qualidade do sistema. De acordo com Feil e Schreiber (2017), essa avaliação da qualidade é realizada por meio da definição de índices ou indicadores, que possibilitem a definição de objetivos e metas a serem alcançados em longo prazo. Apesar da ausência de consenso sobre esses termos, uma constatação é a de que ambos possuem relação com a busca de equilíbrio entre a satisfação das necessidades do ser humano e o meio ambiente, ainda

que essa receita seja difícil de ser definida devido à sua complexidade. Um aspecto importante aqui é a separação explícita da sustentabilidade como um objetivo difícil e distante, e o DS como um processo de movimento na direção de se atingir esse objetivo.

É importante destacar que toda ação humana gera impactos ao meio ambiente, sendo impossível eliminá-los por completo. O que o DS prega não é a eliminação dos impactos ambientais, mas sim a redução, para que as ações humanas agridam o mínimo possível o meio ambiente (COLESANTI *et al.*, 2007).

Um dos grandes desafios da contemporaneidade é a conciliação de múltiplos interesses com a capacidade de suporte do meio ambiente. Layrargues (2012, p. 133) alerta que “a crise ambiental deste fim de século é resultante, entre outros fatores, da invasão do espaço coletivo pelos interesses privados com usos abusivos”.

A Educação Ambiental (EA) representa uma importante ferramenta para a promoção da sustentabilidade, sendo responsável por formar cidadãos mais conscientes e motivados a contribuir de forma ativa para a melhoria da qualidade do meio ambiente.

1.2 Educação Ambiental como Processo Transformador

A EA, de acordo com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, é entendida como “um processo de aprendizado permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, que contribua para a formação de uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada.” (UNESCO, 1997, apud BARBIERI, 2011, p. 83). Ela deve estimular as pessoas a refletirem sobre suas próprias condutas, incentivando-as a modificar hábitos que impactem negativamente o meio ambiente.

Ainda é possível verificar em setores da sociedade uma postura conformista frente aos problemas sociais, por isso a necessidade de mobilizar os indivíduos atribuindo a todos a corresponsabilidade pela melhoria da qualidade de vida. A EA se apresenta como um elemento estratégico para uma efetiva transformação da atual crise estrutural e conjuntural, mediante a formação de consciência crítica das relações sociais e de produção (LOUREIRO, 2002). Propõe uma mudança de valores, permitindo que as pessoas enxerguem a importância da cooperação e da união de esforços para conquista dos objetivos (DIAS 2004).

Loureiro (2012) define educação como uma prática social, que objetiva o desenvolvimento humano, e destaca alguns conceitos indispensáveis ao processo educacional como: sensibilização, aprendizagem, diálogo, organização, reflexão, conhecimento, atitudes e habilidades. Conceitua também, ambiente como, “um conjunto de relações sociais que estabelecemos entre nós e com a natureza em um determinado espaço e tempo” (LOUREIRO, 2012, p. 108).

A partir dessa definição pode-se entender a educação como um processo que visa tornar os indivíduos melhores, mais evoluídos. Esse aprimoramento é promovido mediante a transmissão de conhecimentos e estímulo à reflexão, que possibilitará a construção de novos saberes e um posicionamento crítico perante as situações diárias. Tão importante quanto obter conhecimento, é transformar esse saber em atitudes capazes de promover transformações positivas no ambiente e de gerar novas aprendizagens. Um processo educacional crítico possibilitará ao indivíduo desenvolver habilidades e atitudes que moldarão seu comportamento na direção da ética.

A EA não atua somente no campo das ideias, apenas transmitindo informações, mas também no plano da existência, promovendo a prática social reflexiva, estimulando a capacidade crítica, o diálogo e a transformação ativa da realidade em prol da equidade e do bem estar público. O processo de tomada de consciência é realizado utilizando-se o método de ação e reflexão, estimulando constantemente a crítica e a autocrítica (LOUREIRO, 2004).

Já sobre o ambiente, ao qual a EA se refere, pode-se entender como um espaço onde se estabelecem relações do homem com o homem e do homem com a natureza, considerando a esfera temporal. Dessa forma, pode-se apreender EA como um processo direcionado à melhoria do próprio indivíduo e de suas relações com outros indivíduos e com a natureza, rumo à promoção de um espaço mais evoluído e de qualidade.

A meta da EA é, conforme Barbieri (2011, p.82), “desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente para atuar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas”. Estão entre os objetivos da EA, constantes na Carta de Belgrado: sensibilização das pessoas e dos grupos sociais a fim de que desenvolvam profundo interesse pelas questões ambientais; conscientização dos indivíduos quanto ao meio ambiente, aos problemas ambientais, aos reflexos das ações humanas no mesmo, à urgência da sua preservação e da responsabilidade de cada um nesse processo; motivação para que todos participem ativamente na proteção do meio ambiente, proporcionando habilidades necessárias para resolver os problemas ambientais (PARANÁ, 2018).

No Brasil, a Lei nº 9.795 de 1999 foi a responsável por instituir a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa transformou a EA em um processo educativo mais amplo, estabelecendo-a em todos os níveis e modalidades de ensino, formal e não formal. Ela conceitua EA como

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A EA formal é aquela promovida em escolas e universidades, seguindo Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com objetivos bem definidos, sendo trabalhada de maneira inter e transdisciplinar. Já a EA não formal, caracteriza-se por atividades educativas voltadas para a conscientização da sociedade em geral, sobre as questões ambientais e a importância da participação popular na defesa da qualidade do meio ambiente. Fazem parte da EA não formal, campanhas educativas e programas promovidos por órgãos públicos, empresas privadas, meios de comunicação, ONGs; sendo as escolas e universidades importantes parceiras no desenvolvimento desses programas. Conforme o artigo 3º, V, da Lei nº 9.795 cabe,

[...] às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente (BRASIL, 1999).

Jacobi (2003) defende que o poder público deve assumir o papel de indutor a práticas sustentáveis, desenvolvendo ações de estímulo à preservação ambiental por parte de toda a população, chamando atenção e informando sobre a necessidade de práticas mais sustentáveis. É preciso conscientizar as pessoas de que as responsabilidades não são exclusivas dos órgãos públicos, na verdade, todos os indivíduos são corresponsáveis pela promoção da sustentabilidade.

De acordo com o citado autor, a EA possui como proposta uma nova forma de relação entre homem e natureza, mediante a promoção do exercício da cidadania. Implica questões como, respeito às diferenças, sentimento de pertencimento a uma coletividade, ética e valores morais que gerem relações mais harmoniosas e conscientes.

Importante destacar a diferença entre a ética e a moral, as quais são ainda alvo de muita confusão. A primeira está relacionada a uma tomada de consciência pessoal, intuição, intrínseca ao ser humano e que não muda com o tempo. Já a moral diz respeito aos valores de uma sociedade, variando conforme o tempo e o lugar (DIAS, 2004).

A EA deve objetivar mudanças de valores e de atitudes, para tal torna-se necessário compreender e problematizar o indivíduo e sua posição social. É preciso estabelecer processos participativos como garantia da cidadania, em especial com aqueles que apresentam maior vulnerabilidade socioambiental. É fundamental que os conflitos sociais sejam explicitados e enfrentados para que possam ser então superados (LOUREIRO, 2012). A EA precisa ser adaptada ao contexto de cada grupo que visa atingir, por isso a necessidade de se considerar fatores como faixa etária, condição social, econômica, cultural, ecológica, ocupacional (DIAS, 2004).

Loureiro (2012) enfatiza que a transmissão de informações e conceitos por si só não é capaz de gerar novas atitudes perante o meio ambiente. Para ele o simples fato de conhecer o certo não

garante que o indivíduo mudará as atitudes de forma automática. As mudanças não ocorrerão de forma espontânea, são necessárias intervenções conscientes e claras.

De acordo com Piletti (1991) 83% do que aprendemos é retido pela visão, 11% pela audição, 3,5% através do olfato, 1,5% pelo tato e 1% através do paladar. Retém-se apenas 10% do que é lido, 20% do que é ouvido, e 30% do que é visto. No entanto, quando se vê e se executa, essa retenção passa para 50%; para 70% quando se ouve e se discute, e 90% quando se ouve e logo se executa. De posse desses dados é possível perceber a importância de se colocar em prática, logo em seguida, tudo aquilo que é visto e escutado, para que se transforme em um aprendizado mais efetivo e se obtenha maior êxito na mudança de hábitos e atitudes.

O turismo pode constituir-se como uma atividade capaz de contribuir diretamente para a promoção do DS por meio da EA, promovendo o desenvolvimento econômico aliado à conservação natural, valorização do patrimônio histórico e cultural e melhoria da qualidade de vida das comunidades.

1.3. Turismo Sustentável por meio da Educação Ambiental

O período entre as décadas de 1950 e 1980 caracterizou-se pelo turismo de massa, quando há o deslocamento de grande número de pessoas para um mesmo lugar, em uma mesma época do ano. Nesse momento a atividade turística, de forma geral, desconsiderava os impactos negativos ecológicos e sociais. Predominava-se o crescimento desordenado, a falta de controle dos efluentes e esgotos, a falta de estudos sobre os impactos ambientais, resultando em intensa degradação do meio ambiente (RUSCHMANN, 1997).

A partir da metade dos anos 1980 começa a surgir um novo mercado, em busca de maior contato com a natureza, como é o caso do turismo ecológico, que passa a requerer a preservação da natureza para sua ocorrência. Novas modalidades de turismo despontam como forma de reduzir os impactos negativos da atividade, é o denominado turismo “alternativo”, “responsável”, “ecológico” e mais recentemente “turismo sustentável”. Possuem como característica viagens individuais, com serviços personalizados, atividades relacionadas à natureza e à preservação da mesma (RUSCHMANN, 1997).

O Ministério do Turismo define o turismo sustentável como (BRASIL, 2009 apud BRASIL, 2016, p.7), [...] atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidos para o futuro.

Definição semelhante à de Swarbrooke (2002, p.19) que destaca turismo sustentável como, atividade “economicamente viável e que não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente natural e o lado social da comunidade local”.

Ambas as definições abordam as dimensões ambiental, social e econômica e as considera indissociáveis para se atingir a sustentabilidade da atividade turística. Apesar desse entendimento por parte de vários autores, há estudiosos que discordam desse modelo e questionam a possibilidade de coexistência entre o atual modelo capitalista e o DS (PERTSCHI, 2006). Por outro lado, Gândara, Brea e González (2005) defendem e enfatizam que o turismo sustentável não deve ser considerado como uma situação ideal a ser alcançada, mas como uma filosofia de desenvolvimento que sirva para definir metas de longo prazo.

O turismo é apontado como uma importante atividade geradora de desenvolvimento, não é à toa que 2017 foi proclamado pela Organização das Nações Unidas, como o Ano Internacional do Turismo Sustentável, em reconhecimento ao grande potencial que o setor possui em contribuir para a redução da pobreza, promoção do entendimento entre os povos, respeito às diferentes culturas e preservação dos recursos naturais (UNESCO, 2017).

É preciso destacar que a atividade turística é geradora de impactos tanto positivos como negativos, nas esferas econômica, sociocultural e ambiental, conforme enumera a tabela 1. O resultado da exploração do turismo dependerá de como ele for gerido, podendo se caracterizar como uma atividade de promoção ou destruição do meio ambiente.

Entre os impactos econômicos é possível elencar contribuições da atividade turística como o ingresso de moedas estrangeiras fortes no país, a geração de renda e emprego à população, estímulo à realização de investimentos em infraestrutura. Por outro lado, quando mal gerida pode resultar em fatores como inflação, aumento da especulação imobiliária, dependência excessiva do destino em relação ao turismo, entre outros.

Sobre os impactos positivos da atividade sobre o meio ambiente natural é possível citar benefícios como a criação de programas de preservação das áreas naturais, investimento em medidas preservacionistas, valorização do contato com a natureza e utilização mais consciente dos espaços naturais. Já quanto aos impactos negativos pode-se citar a destruição das áreas naturais, da fauna e da flora, em decorrência da construção de equipamentos e infraestrutura turística, pisoteamento da vegetação, vandalismos, incêndios, poluição das águas, acúmulo de detritos, poluição visual, sonora e atmosférica.

Com relação aos impactos sociais, o turismo pode apresentar-se como uma oportunidade de encontro e interação entre os povos, além de constituir-se como uma possibilidade de recuperação psicofísica do indivíduo por permitir o distanciamento temporário do seu cotidiano profissional e social. No entanto, quando promovido de forma desordenada o setor pode contribuir para o aumento da prostituição, da criminalidade, dos congestionamentos, intensificar a disseminação de doenças, causar ressentimento da população local frente a comportamentos de ostentação por parte dos turistas, etc.

Quando desenvolvido de maneira planejada o turismo é capaz de proporcionar interação cultural entre turistas e comunidade receptora, estimular a valorização da cultura local, do artesanato e do patrimônio histórico, gerando nos moradores o orgulho de suas tradições. Caso contrário pode ser responsável por comprometer a autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais, descaracterizar o artesanato e destruir o patrimônio histórico devido a acessos em massa pelos turistas.

A baixa tomada de consciência por parte dos turistas faz com que se comportem de forma descompromissada em relação ao meio, pois há a crença de que não possuem responsabilidade na preservação ambiental. Acreditam ter direito sobre aquilo que pagaram e que por permanecer pouco tempo no destino não impactam de forma significativa o meio visitado (RUSCHMANN, 1997).

Seaton (1991, p. 712 apud RUSCHMANN, 1997, p. 112) destaca quatro elementos indispensáveis para o DS do turismo:

- Respeito ao meio ambiente natural;
- Harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade, sem agredi-la ou transformá-la;
- Distribuição equilibrada dos benefícios do turismo entre comunidade receptora, turistas e empresários do setor;
- Um turista consciente da sua responsabilidade perante a conservação ambiental e sensível às interações com a comunidade receptora.

O planejamento turístico é imprescindível para o desenvolvimento de uma atividade equilibrada. Ações pautadas na sustentabilidade geram benefícios para as comunidades receptoras, empreendedores, turistas, como também para os destinos, ao promover a preservação dos patrimônios naturais, históricos e culturais (RUSCHMANN, 1997).

Para Valle (2012), a tomada de consciência ambiental dos dirigentes das organizações é um ponto crucial para a inserção da variável ambiental no negócio. Um gestor consciente e comprometido com a sustentabilidade é capaz de mudar as prioridades estratégicas da empresa, influenciando diretamente na mudança de comportamento de seus colaboradores.

O turismo não é o único causador de agressões à natureza. Desastres provocados por empresas petrolíferas, usinas nucleares e diversas outras atividades perigosas tornam os efeitos do turismo relativamente pequenos. Porém, o fato da atividade turística impactar menos que outra atividade não a isenta da responsabilidade dos profissionais do setor, preservarem o meio ambiente.

Tabela 1 - Impactos gerados pelo turismo sobre o meio ambiente.

	POSITIVOS	NEGATIVOS
IMPACTOS ECONÔMICOS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ingresso de moedas estrangeiras fortes; ✓ Absorção dos gastos dos turistas em outros setores da economia; ✓ Estímulo a investimentos, como construção de hotéis, restaurantes, centros de convenções, etc.; ✓ Geração de empregos e incremento da renda dos habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Abandono pela população de atividades primárias em busca de melhores oportunidades em empresas turísticas; ✓ Excessiva dependência de alguns destinos do turismo, levando ao colapso da economia em casos de queda da demanda; ✓ Inflação; ✓ Aumento da especulação imobiliária.
IMPACTOS SOBRE O AMBIENTE NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de programas de preservação das áreas naturais e sítios arqueológicos; ✓ Investimento em medidas preservacionistas a fim de manter a atratividade dos recursos naturais; ✓ Valorização do contato com a natureza; ✓ Utilização mais consciente dos espaços naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Destruição de áreas naturais devido à construção de equipamentos e infraestrutura turísticas; ✓ Poluição das águas; ✓ Acúmulo de detritos; ✓ Poluição visual, sonora e atmosférica; ✓ Destruição da fauna e flora devido ao pisoteamento, coleta de plantas, vandalismos, incêndios, etc.
IMPACTOS SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Oportunidade de encontro entre os povos; ✓ Oportunidade de recuperação psicofísica decorrente do distanciamento temporário do cotidiano profissional e social. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixo interesse dos visitantes pela cultura da população se resumindo à compra de <i>souvenirs</i> típicos; ✓ Aumento da prostituição e da criminalidade; ✓ Intensificação dos congestionamentos; ✓ Turismo como veículo de disseminação de doenças; ✓ Contratação de mão de obra estrangeira para cargos com maior qualificação e remuneração; ✓ Estímulo a hábitos de consumo desconhecidos ou inacessíveis pela população receptora; ✓ Ressentimento da população local frente aos comportamentos de ostentação pelos turistas; <p>Exploração dos templos religiosos como atrações turísticas em detrimento de sua função espiritual.</p>
IMPACTOS CULTURAIS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Interação cultural; ✓ Estímulo a tradições esquecidas; ✓ Valorização do artesanato; ✓ Valorização da cultura local (artes, música, gastronomia); ✓ Incentivo ao orgulho étnico; ✓ Valorização e preservação do patrimônio histórico. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comprometimento da autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais; ✓ Descaracterização do artesanato; ✓ Destruição do patrimônio histórico devido a acessos em massa por turistas.

Fonte: Ruschmann (1997), adaptado pela autora.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2016) define quatro princípios essenciais para um DS do turismo, são eles:

- Sustentabilidade Ambiental – promove o desenvolvimento sem comprometer os processos ecológicos indispensáveis à diversidade dos recursos naturais.

A utilização dos recursos naturais deve ser realizada de maneira a possibilitar que os ecossistemas se recuperem e sejam mantidos para as futuras gerações. O desperdício deve ser drasticamente reduzido, adotando-se hábitos como redução do consumo, reutilização e reciclagem dos materiais.

- Sustentabilidade Sociocultural – preservação e valorização da cultura e dos valores morais locais, contribuindo para o fortalecimento da identidade da comunidade.
- Sustentabilidade Econômica – desenvolvimento economicamente eficaz, com distribuição equilibrada dos benefícios para operações em longo prazo.

O crescimento econômico passa a ser visto como um dos fatores necessários ao desenvolvimento, e não um fim em si mesmo, uma vez que por si só não é capaz de garantir qualidade de vida.

- Sustentabilidade Político-Institucional – compromisso dos órgãos públicos e sociedade civil com a continuidade das ações, realizando planejamentos que levem em consideração os resultados em longo prazo, para efetiva melhoria da qualidade de vida da população.
- É de extrema importância a participação e cooperação da sociedade na elaboração, controle e até mesmo execução das políticas públicas, para um desenvolvimento efetivo da atividade turística. É necessário que participem desse processo, empresários, universidades, organizações da sociedade civil e membros da sociedade a fim de que manifestem sobre os interesses coletivos e contribuam para a construção de políticas que representem de fato a população.

O turismo é destacado por Colesanti *et al.* (2007) como uma importante atividade capaz de proporcionar sustentabilidade local, levando dignidade e cidadania à população. Nesse sentido, o turismo, para se desenvolver de forma sustentável, deve promover a distribuição de renda, geração de empregos e conservação dos patrimônios natural, cultural e turístico.

A EA se apresenta como uma grande aliada do turismo sustentável constituindo-se como uma importante ferramenta para a conservação ambiental. Ao mesmo tempo em que a atividade turística depende da tomada de consciência para um uso racional dos recursos naturais e um desenvolvimento de longo prazo, a EA tem no turismo a oportunidade de proporcionar à população conhecimentos e práticas para um desenvolvimento mais sustentável. A EA junto ao turismo permite

que o indivíduo obtenha conhecimento através da vivência (AZEVEDO, 2014).

A prática do turismo envolve mais do que um simples deslocamento de pessoas, ela abarca a busca por novas experiências, contato com outros modos de vida, procura por conhecimento, lazer, esportes, gastronomia, outras culturas, religiões, histórias. Devido ao seu grande poder de ampliar os conhecimentos, influenciar o comportamento das pessoas e promover a interação entre culturas, torna-se um instrumento poderoso na tomada de consciência das pessoas quanto aos crescentes problemas ambientais e sobre a importância de se promover ações que revertam esse quadro (AZEVEDO, 2014).

A tomada de consciência sobre a necessidade de respeitar a natureza e a cultura das localidades visitadas é primordial para evitar relações conflituosas entre turistas e comunidades receptoras. À medida que o turismo impacta negativamente a rotina dos moradores, devido a superlotações, congestionamentos, poluição, degradação da natureza, desrespeito à cultura local, a tendência é que a população se torne cada vez mais hostil à presença desses visitantes (RUSCHMANN, 1997).

Geralmente, pouco é feito para enriquecer a visita e estimular o conhecimento e a compreensão do destino, o que torna a visita superficial. Nesse sentido, é fundamental instruir o turista sobre o meio visitado, estimulando uma empatia pela comunidade local., e os empresários possuem uma grande responsabilidade na tomada de consciência ambiental de seus clientes (RUSCHMANN, 1997).

Ruschmann (1997) destaca que a EA para um turismo mais consciente precisa ser desenvolvida por meio de programas que convidem o “cidadão-turista” a participar da proteção do meio ambiente não apenas enquanto turista, mas também no seu cotidiano. Frente a essa demanda, a EA apresenta-se como um instrumento capaz de proporcionar conhecimentos e promover a tomada de consciência não só dos turistas, mas de todos os envolvidos com a atividade turística, possibilitando que empresários, funcionários, hóspedes e comunidade reflitam sobre suas atitudes e as consequências delas para o meio ambiente, sentindo-se motivados a mudar essa realidade com a adoção de hábitos mais sustentáveis.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os equipamentos e serviços turísticos podem provocar diversos impactos negativos ao ecossistema como, destruição da cobertura vegetal, ameaça de extinção a espécies da fauna e flora, poluição sonora, visual e atmosférica, contaminação dos rios, lagos e oceanos, contribuição para a escassez de recursos naturais, além de diversos impactos sociais e econômicos, podendo acentuar ainda mais as desigualdades.

A EA promovida juntamente à atividade turística se apresenta como uma alternativa para prevenir danos irreversíveis ao meio ambiente, minimizar os danos sociais aos moradores e proporcionar benefícios econômicos em longo prazo, auxiliando na promoção do turismo sustentável.

A atividade turística quando planejada e promovida juntamente a programas de EA pode contribuir diretamente para a tomada de consciência e mudança de atitudes de turistas, funcionários e comunidade, estimulando a adoção de hábitos mais sustentáveis. Para isso são necessárias práticas coordenadas e contextualizadas, que façam o cidadão refletir sobre o impacto de suas ações e agir para a redução dos impactos negativos.

REFERÊNCIAS

AZEVÊDO, A. S. C. A educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**. Belém, v. 3, n. 1, p. 77-86, 2014.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 312p.

BRASIL. **Turismo e Sustentabilidade - Orientações para prestadores de serviços turísticos**. 1. ed. Brasília: MTur, 2016. 32p.

_____. **Lei nº9795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília DF, 27/04/1999.

BRASIL. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Seção 1 - Suplemento – de 30/11/1964, p. 49.

COLESANTI, M. T. M.; FARNESI, C. C.; NEHME, V. G. F.; BACELAR, W. B. **Agenda 21 e desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Uberlândia: Roma, 2007. 61p.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 71p.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 550p.

DOVERS, S. R.; HANDMER, J. W. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v. 2, n. 4, p. 262-276, 1992.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 667- 681, 2017.

GÂNDARA, J. M G.; BREA, J. A. F.; GONZÁLEZ, M. E. A. Hoteles sostenibles para destinos sostenibles. La Calidad Hotelera como instrumento para la sostenibilidad. In: Congreso Hispano Francés de AEDEM. 19., 2005, Las Palmas. Anais... Las Palmas, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 192p.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189- 205, 2003.

LAYRARGUES, P. P. Educação para gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 87-155.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012. 105p.

_____. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 168p.

_____. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.) **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-98.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002

PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Carta de Belgrado. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=71>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

PERTSCHI, I. K. Gestão ambiental na hotelaria: um estudo da aplicação de indicadores ambientais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2006, p. 1-16.

PILETTI, C. **Didática geral**. 13. ed. São Paulo: Ática, 1991. 197p.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997. 271p.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002. 250p.

UN NEWS. **New global tourism initiative to ‘steer industry onto a truly sustainable path’ – UN**. 2014. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2014/11/483022-new-global-tourism-initiative-steer-industry-truly-sustainable-path-un#.VF0HefnF98F>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

UNESCO. **A UNESCO e o Ano Internacional do Turismo Sustentável**. 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/prizes-and-celebrations/2017-international-year-of-sustainable-tourism/>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

VALLE, C. E. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. 12.ed. São Paulo: Editora Senac, 2012. 208p.

Trabalho enviado em 30/01/2019
Trabalho aceito em 17/06/2019